

Aluz e o rio

MARCELO CORDEIRO

Economia - Brasil

Nas últimas semanas assistiu-se, no panorama brasileiro, um inusitado deslocamento político que retirou da inércia tudo que a crise havia hipnotizado. Saimos da mesmice e ingressamos na cintilação de gás neon que ilumina a dança frenética da crise. O pior de um desastre econômico, tal como o que experimentamos no momento, é a falta de perspectivas, o desterro da Política, o diktat autoritário. Dizem que, antes de morrer, na hora derradeira, perguntaram a Goethe qual o seu último desejo. O mestre do tardio renascimento alemão respondeu: "luz". E não há crise maior do que a morte.

A greve do dia 21 de julho, protesto político seguido do encontro do presidente do maior sindicato brasileiro — Joaquinzão — com o Presidente da República em exercício, a intensa movimentação peemedebista que vai do anúncio do diálogo de Ulysses à visita que este fez ao ministro do Trabalho para lhe apresentar as ponderações da Oposição quanto à situação sindical passando pela definição racional, abrangente e viável da proposta político-econômica do PMDB, o documento dos empresários recolocando em termos diversos a sinalização estratégica do problema econômico, a ruptura do malfadado acordo PTB-PDS com o consectório da recomposição da unidade oposicionista, o retorno do presidente João Figueiredo devidamente safenado, a docé melodia da política de P maiúsculo (Figueiredo disse que assim a entendia, todavia sem tê-la praticado) praticada levemente pelo vice Aureliano que, com gestos sutis,

esta compõe a sinfonia do diálogo, tudo isso e mais o clima geral fez um buraco no céu de pedra. O País discute a crise, finalmente.

A discussão da crise é o ponto de partida para a sua solução. Até agora vivemos a dicotomia de Parmenides pela qual o corredor da maratona de Atenas saia do ponto A para o M e nunca chegava, pois antes do ponto M, matemática e delfinianamente há o ponto A' que é antecedido pelo ponto A'', que é antecedido pelo ponto A''' e eternamente paralisado pelo rigor infinito do espaço o corredor jamais alcançaria o pódio.

Não somos um país que precisa ficar no mesmo lugar, como os Estados Unidos da América que tendo 6% da população do planeta consome 30% do produto mundial. A recessão que Reagan impõe aos países pobres é servida com a mesma receita monetarista que controla e conserva a riqueza "recessiva" dos países ricos. Em judicioso artigo publicado recentemente, Marcelo de Paiva Abreu e Winston Fritsch assinalam: "A catquese, ora em curso nos centros financeiros internacionais, com relação à "naturalidade" da adoção desta alternativa pelos países em desenvolvimento, parece partir do princípio de que a equidade de sacrifícios deve envolver igual redução relativa do nível de atividade nos países industriais e periféricos. Entretanto, não apenas o caminho que envolve a recessão generalizada no mundo subdesenvolvido é deleterio para o desempenho adequado da economia internacional, como a noção de paridade de sacrifícios que se pre-

tende sub-repticiamente consagrar é moralmente inaceitável em virtude da assimetria dos custos sociais de tais políticas".

A movimentação política sepultou os temas avessos à Democracia. Fala-se em moratória, redirecionamento da economia para o mercado interno, plena utilização da capacidade ociosa com vistas a reduzir o desemprego, reforma tributária, reorganização do sistema público e privado de financiamento, retomada dos investimentos públicos, desindexação completa das relações de crédito e débito no sistema financeiro, desvalorização dos papéis e resgate da dívida pública, desdolarização da economia e profunda revisão da política cambial. Enquanto isso, na ribalta, sob as gargalhadas do público, a sucessão indireta cede lugar à cena principal em que se encontram os atores da vida social brasileira para a peça da negociação de uma nova política econômica.

O debate público da política econômica corresponde ao exercício da vida democrática, em nome da qual o empresariado rompe com o intimismo à sombra do poder e os trabalhadores soerguem a autonomia das ruas. O consenso contra a recessão instala um quadro político de convergência de forças a que o governo não pode alheiar-se: sob pena de chafurdar no lamaçal do descrédito e ser tragado pela fome de poder dos que jogam água na correnteza do confronto para impedir que o entendimento produza um novo rio.

Marcelo Cordeiro é Deputado pela Bahia é vice-líder do PMDB